



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 28 de maio de 2013

Obras na Beira Mar ainda dependem de licença

Segundo a prefeitura, empresa sergipana foi contratada para fazer o estudo ambiental

O trecho da Avenida Beira Mar, entre o calçadão da 13 de Julho e o Iate Clube de Aracaju, está interditado há quase um mês. No local, uma placa da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) informando sobre a interdição, que é uma determinação do Ministério Público Estadual em face do município de Aracaju,

já que o local apresenta risco de desabamento. A ação judicial também determina que sejam feitas obras emergenciais de contenção do rio no local. Aí é que começa o impasse, de acordo com a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), o projeto já foi apresentado, mas segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Adema) está incompleto.

Na placa fixada no local da interdição, a PMA diz que o início das obras aguarda a licença ambiental da Adema, documento obrigatório para realização da obra. Segundo o secretário da Adema, o projeto da PMA foi notificado para que apresente o estudo ambiental, parte que não consta no projeto. "Quando recebemos um projeto, nossos técnicos avaliam e caso haja informações faltando o executor da obra é notificado. Há cerca de um mês notificamos a PMA porque no projeto apresentado só tem a parte de engenharia e solicitamos o estudo ambiental, enquanto não houver a complementação do projeto, ele fica parado e não podemos liberar a licença ambiental", explica Genival Nunes.

De acordo com a Empresa Municipal de

Obras e Urbanização (Emurb), uma empresa sergipana foi contratada para fazer o estudo ambiental. "A Adema solicitou o estudo ambiental e nós já estamos fazendo para que a obra de contenção seja realizada. Não é intenção da Prefeitura fazer obra sem licença ambiental, por isso estamos providenciando o que foi solicitado", conta Ademar Queiroz, assessor de comunicação da Emurb.

• No Ministério Público

Haverá uma audiência pública no MPE no dia 06 de junho para que a PMA apresente o que foi feito até o momento em relação ao estudo ambiental. "Na audiência vamos apresentar as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras de contenção e apresentar também o que temos até o momento em relação ao estudo ambiental. A interdição da via e a obra emergencial para conter o avanço do rio são decisão judicial, portanto somos réus, mas não pode ser feito ainda porque faltam os estudos complementares que a Adema solicitou. Nós acreditamos que nessa reunião teremos uma decisão favorável", informa Ademar.



**HAVERÁ UMA
AUDIÊNCIA NO
MINISTÉRIO
PÚBLICO PARA
QUE A PMA
APRESENTE O
QUE FOI FEITO
ATÉ O MOMENTO**